

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo de Sindicância n°. 02/2021

Interessada: Procuradoria Jurídica Municipal

Relatório

Cuidam-se os autos de solicitação formalizada por Denilson Gonçalves dos Reis, por meio do Processo Administrativo n°. 3.417/2017, protocolado em 01/12/2017, por meio do qual requer pagamento de valor referente a serviços de transporte escolar prestados em substituição à empresa Raulino Neves Neto-ME.

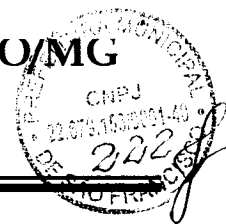
O processo originário apresenta relatórios de frequência de transporte escolar (fls. 05 e 08), assinados pelo Diretor da Escola Estadual Brasileiro Braz, Ricardo Silva Almeida e pelo Subgerente de Educação, Romenig da Silva Pereira, declarando que a empresa Cheiro de Pimenta Produções Ltda. prestou serviços de transporte escolar constando as seguintes especificações:

- 1) na linha n°. 69: Fabriqueta do Mocambo-Tabocal-Espinheiro-Faz. Manoelzinho-Alto da Serra-EEDAM, no período de 13/02/2017 a 24/02/2017, perfazendo 97 (noventa e sete) km diários, durante 10 (dez) dias letivos, num total de 970 (novecentos e setenta) km;
- 2) na linha n°. 69: Fabriqueta do Mocambo-Tabocal-Espinheiro-Faz. Manoelzinho-Alto da Serra-EEDAM, no período de 02/03/2017 a 22/03/2017, perfazendo 67 (sessenta e sete) km diários, durante 15 (quinze) dias letivos, num total de 1.005 (mil) km.

O Secretário Municipal de Educação manifestou-se no dia 30/08/2018 (f. 17), afirmando que em razão da demonstração da prestação de serviços, opinava pelo deferimento do pagamento dos serviços prestados.

O Setor de Controle Interno opinou em 10/04/2019 (f. 24), pelo indeferimento do pedido por entender a culpa pela prestação de serviços seria do próprio prestador, tendo em vista que não havia autorização para a prestação de

Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



serviços, tendo sido ratificada a manifestação pelo advogado da Secretaria Municipal de Educação, Dr. Magnus Botelho, fundamentado no art. 59, da Lei 8.666/93.

O representante da empresa pediu vista dos autos e pediu a reconsideração do parecer, foram encaminhados os autos para apreciação da Procuradoria Jurídica, que se manifestou pelo deferimento do reconhecimento de dívida, sob o argumento de que faltou apenas a formalização do empenho (fls. 31/34).

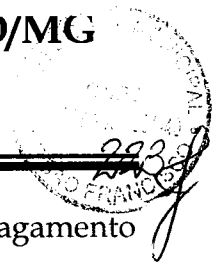
O Prefeito Municipal determinou o encaminhamento dos autos à Controladoria Interna para nova manifestação, na qual o Controlador manifestou-se pelo encaminhamento dos autos à esta Corregedoria, para apuração de quem tenha dado causa (autorizado) a prestação de serviços desacobertada de contrato administrativo, por entender ser requisito para o reconhecimento da dívida (fls. 36/37), instruindo os autos com o Contrato nº. 75/2014, firmado com Raulino Neves Neto-ME, assinado em 04/04/2014, bem como o termo aditivo e relatório de empenhos, empenhos, nota de anulação e ordem de pagamento (fls. 38/44 e 55/62)

Consta ainda dos autos a íntegra do Processo Administrativo nº. 1.822/2017, formalizado por Raulino Neves Neto - ME, no qual requereu o pagamento do mês de maio de 2017, acostando a manifestação do Secretário Municipal de Educação de que havia prestado serviços na linha 59 - Comunidade Santa Cecília (Caraíbas) - E. E. Joaquim Vieira de Araújo (1º turno), pelo período de 02 a 31/05/2021, opinando pelo pagamento do valor requerido.

Verifica-se, no entanto, que o contrato da empresa Raulino Neves Neto - ME compreendia o atendimento das linhas 59 e 69, tendo sido o contrato prorrogado até 30/04/2017, portanto o período requerido também não se encontrava acobertado pelo contrato.

Acostou-se aos autos relatório de empenho da empresa Raulino Neves Neto - ME, com empenho global nº. 001723, no valor de R\$ 30.901,16 (trinta mil, novecentos e um reais e dezesseis centavos), referentes ao pagamento referente às linhas 59 e 69, bem como a anulação do referido empenho, em 31/08/2017, juntando o empenho nº. 005477, de 29/06/2017, tocante apenas ao valor referente à linha 59, compreendendo o período solicitado e ordem de pagamento nº. 99477, emitida em 11/07/2017, no importe de R\$ 9.114,68 (nove mil, cento e quatorze reais e sessenta e oito centavos), conforme fls. 56/62.

Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



Consta dos autos do Processo n°. 1.822/2017, autorização de pagamento pelo Secretário Municipal de Administração Gerson Nunes de Souza, Secretário Municipal de Finanças à época, do valor de R\$ 9.495,20 (nove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e vinte centavos), referente à prestação de serviços de transporte escolar no mês de maio de 2017 (f. 72).

Acostou-se ainda o comprovante de pagamento do valor do pagamento autorizado à empresa Raulino Neves Neto - ME, conforme OP 99477, constando como favorecida a empresa Valdelício Ribeiro de Almeida - ME (f. 73), em 18/07/2017, bem como foi acostada autorização para retenção do valor correspondente à taxa de alvará no valor de R\$ 190,00 (cento e noventa reais), em 28/06/2017 (f. 70), tendo em vista que o parecer constante dos autos no qual restou verificada a irregularidade fiscal da empresa Raulino Neves Neto - ME (fls. 68/69), em 22/06/2017.

Consta dos autos, ainda nota de empenho n°. 000970, de 19/01/2018, no valor de R\$ 7.208,75 (sete mil, duzentos e oito reais e setenta e cinco centavos), para crédito de Denilson Gonçalves dos Reis, com anulação integral n°. 014585, em 19/01/2018, expedindo-se o empenho 001022, na mesma data, fazendo constar a crédito de Cheiro de Pimenta Prod. e Eventos Ltda., constando o mesmo valor.

Instaurado Processo Administrativo de Sindicância, foi ouvido o representante da empresa Cheiro de Pimenta Prod. e Eventos Ltda., Denilson Gonçalves dos Reis, que se manifestou, afirmando ter havido a prorrogação extemporânea dos contratos firmados com vigência até o final do ano de 2016, o que configura grave violação à Lei 8.666/93, regulamentadora das contratações públicas.

A Comissão Sindicante convocou para prestarem declarações, Denilson Gonçalves, Ailton Ferreira dos Santos, Renan Alves da Costa, Romeni da Silva Pereira e Silvano Soares Serafim.

As declarações prestadas por **Denilson Gonçalves dos Reis** compreendem a informação de que no início das aulas em 2017 apresentou documentação para contratação, ao ser convocado para prestar serviços de transporte escolar, pelo servidor Romeni e por Guilherme que pertencia à empresa Office. Afirmou que houve tentativa de realizar licitação, sem sucesso e, em março/2017 foram aditados os contratos de 2016, ficando condicionado que o seu pagamento seria feito por meio do contrato de Raulino, porém houve problemas com a prorrogação do contrato de

Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL

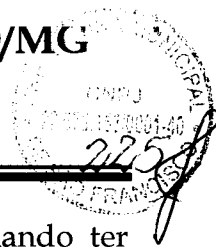


Raulino, em razão de inabilitação, não tendo sido formalizado o pagamento do declarante, sendo orientado para requerer administrativamente. Assegurou nunca ter assinado contrato ou dispensa de licitação. Esclarece que chegou a ser emitido empenho em seu favor, após reduzir o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), para R\$ 7.000,00 (sete mil reais), tendo sido anulado o empenho em 19/01/2018, não tendo sido realizado o pagamento em razão da discordância do Controle Interno.

O declarante **Ailton Ferreira dos Santos**, afirmou ter conhecimento da prestação de serviços de transporte escolar por Denilson, não sabendo informar como se deu, em razão do pagamento da prestação de serviços se dar por meio de ofício encaminhado pela direção da escola. Informou que se recorda de ter havido tentativa frustrada de realização de processo licitatório, não sabendo informar a razão, mas que os responsáveis pelo acompanhamento foram Romeni e posteriormente Welton.

Ouvido **Renan Alves da Costa**, este afirmou que tomou conhecimento apenas do processo administrativo aberto por Denilson, no qual consta declaração do diretor da escola informando sobre a prestação de serviços. Informou o declarante que o responsável pelo transporte escolar era Romeni, tendo ouvido muitas pessoas reclamando do pagamento. Esclareceu que houve uma sindicância para o pagamento dos serviços e não entende o porquê de Denilson ter sido excluído.

À oitiva de **Romeni da Silva Pereira**, este informou que a ordem para o início dos serviços de transporte escolar foi dada pela Secretaria de Educação, por meio do Secretário Cleon, sem a realização da licitação, tendo sido encaminhada documentação para contratação emergencial. Acerca do pagamento dos serviços prestados por Denilson informou que a justificativa para não paga-lo se deu por falta de recursos ou por não haver o "caminho correto" para tanto, mas ele entregou toda a documentação no Setor de Licitações. Quanto à determinação da interrupção da prestação dos serviços por Denilson, foi feita verbalmente pelo próprio Secretário Cleon. Informou terem sido aditados os contratos antigos, mas que a rota de Denilson pertencia ao município e foi interrompida pela precariedade dos veículos e, apesar da documentação de Denilson ser regular, o município não encontrou "brechas" para o pagamento, pois o advogado, Dr. Jaime informou que não poderia ser feito o pagamento. Afirmou que os aditivos foram assinados pelo ex-prefeito Luizinho, não se recordando a data.



A testemunha **Silvano Soares Serafim**, manifestou-se afirmando ter trabalhado como motorista para Denilson no período de fevereiro e março de 2017, na linha Tabocal -São Francisco, no turno vespertino, tendo sido a Secretaria de Educação que deu a ordem para o início dos serviços. Esclareceu que a prestação de serviços foi necessária em razão do veículo de Nei Ricardo não haver sido aprovado na vistoria, tendo sido os serviços paralisados, em razão da impossibilidade do pagamento e foram supridos com veículo do município, com motorista efetivo.

Acostou-se aos autos publicação da anulação do Pregão Presencial nº. 11/2017, na qual não se precisa a data (f. 99).

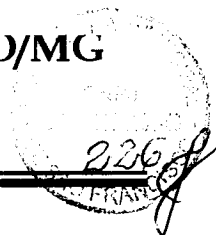
A Presidente da Comissão Sindicante solicitou prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos, o que foi deferido, conforme Portaria/CM nº. 29, de 01 de julho de 2021.

Promovido o relatório final, foram encaminhados os autos para decisão (fls. 106/108).

À análise para julgamento, verificou-se a necessidade de promover diligências para melhor elucidação dos fatos, tendo sido convertido o julgamento em diligência e prorrogado de ofício o prazo para conclusão dos trabalhos, até 01/08/2021.

Em sede de diligências complementares, foi oficiado ao Departamento de Recursos Humanos, a fim de informar o vínculo de Gerson Nunes de Souza com o município, bem como expedição de ofício ao Setor de Licitações e Contratos, para que encaminhasse o parecer que instruiu os aditivos formalizados no Pregão nº. 08/2014 e a competente publicação e data da inserção no SICOM, bem como foram oficiadas à Contadoria e Tesouraria Municipais, a fim de informarem justificativa para a anulação dos empenhos constantes dos autos, bem como sobre a razão de haver pagamento realizado a pessoa diversa da favorecida no empenho e ordem de pagamento constantes dos autos.

Promovida a oitiva de **Gerson Nunes de Souza**, este informou que houve muita demora para a formalização do processo de transporte escolar, não sabendo se havia combinação entre Raulino e Denilson, mas houve Sindicância para a apuração de responsabilidade na contratação, que foi muito tumultuada e, sendo o Secretário de Finanças à época, não concordava com a demora. Afirmou ter participado da transição de governo e que parece que Luizinho veio assinar os aditivos já no



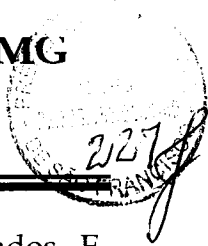
governo de Veim em 2017, tendo sido assinados para algumas empresas para que esse período ficasse acobertado legalmente. O declarante informou que em 2017 não conseguiram realizar o processo licitatório, tendo sido feita uma adesão ao CIMAMS, quase vencendo o prazo dos aditivos. Segundo o declarante, os responsáveis por esta prestação de serviços eram a Assessoria com Guilherme e o Secretário de Educação e, após a sindicância realizada por solicitação do setor de Controle Interno, foi definido pelo pagamento dessa prestação de serviços. O declarante afirmou ter acompanhado a Sindicância, juntamente com Joãozinho e Célio, do Controle Interno, tendo sido concluído pelo reconhecimento da dívida, não se recordando se Raulino estava incluído.

Considerando a participação no processo de Sindicância mencionado, foi ouvido também **João Rodrigues de Almeida Filho**, que afirmou ter sido após a conclusão do processo de Sindicância rescindido o contrato firmado com a assessoria, por ter dado causa à irregularidade na contratação, não tendo chegado a acompanhar formalização de projeto de lei para reconhecimento da dívida. Esclareceu que a comissão de Sindicante era composta por Magnus, Wander e outro servidor da Educação. Quanto à assinatura extemporânea dos termos aditivos, afirmou não ter conhecimento, pois foi passado para a Corregedoria somente o lapso de tempo para apuração, que se recorda ter sido de abril a julho de 2017, tendo conhecimento apenas da parte financeiro, visto que ajudava Gerson, depois que foi para a Corregedoria.

Atendida a solicitação feita ao Setor de Licitações e Contratos, pelo Pregoeiro, Charley Souza Mota, foi encaminhada manifestação, pelo aditamento de contratos, sem fazer referência a quais contratos seria nem a qual procedimento licitatório, prolatada pelo Assessor Jurídico, Jayme Silveira de Aragão Gesteira, bem como despacho formalizado pelo Prefeito Luiz Rocha Neto, determinando o aditamento de aditamento dos contratos contidos no Pregão Presencial nº. 08/2014 e respectiva publicação conjunta datada de 30/12/2016, encaminhada para publicação no saguão.

O Setor de Contabilidade informou que a anulação da nota de empenho nº. 1723, cujo credor era Raulino Neves Neto - ME, no valor de R\$ 30.901,16 (trinta mil, novecentos e um reais e dezesseis centavos), correspondente ao contrato nº. 75/2014 e seus aditivos, deu-se pelo fato de referir-se ao período de prorrogação de contrato até 30/04/2017, que já havia sido liquidado, restando apenas o valor de R\$ 20.194,16 (vinte

Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORIA MUNICIPAL



mil, cento e noventa e quatro reais e dezesseis centavos) para serem liquidados. E, quanto à anulação da nota de empenho nº. 97/2018, em favor de Denilson Gonçalves dos Reis, deu-se após ser verificado que o processo de reconhecimento de dívida não possuía parecer conclusiva para o pagamento.

Quanto ao pagamento que constava como credor Raulino Neves Neto - ME, ao passo que o pagamento foi creditado em favor de Valdelício Ribeiro de Almeida, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.149.663/0001-23, deu-se em razão de haver sido acostada ao procedimento, procurações, sendo a primeira promovida de Raulino Neves Neto - ME em favor de Ney Ricardo Neves, que substabeleceu à empresa Valdelício Ribeiro de Almeida (fls. 172/174).

Acostou-se aos autos pareceres nos quais consta como Assessora Jurídica do Setor de Licitações e Contratos no ano de 2016, Joselita Vieira Mendes, OAB/MG 145.770, solicitações de parecer em aditamento de valor contratual, promovidas pela Secretária de Educação, Ana Maria Neves Mendes, bem como manifestação do Assessor Jurídico da Secretaria de Educação, à época, em 25/11/2015, Jayme Silveira de Aragão Gesteira, encaminhando o procedimento tocante ao transporte escolar para parecer no Setor de Licitações e Contratos, nos seguintes termos: "Encaminhe-se o processo ao Setor de Licitação que tem competência para deliberar sobre o objeto do requerimento".

Acosta-se, ainda manifestações da empresa Contass, formalizada por Deborah Loane Vieira Alves, das quais se verifica que não foram inseridos os aditivos no Sistema Informado de Contas Municipais - SICOM, em razão dos contratos não estarem lançados (fls. 199/201).

Oficiada à Contabilidade para complementar a informação prestada pela empresa Contass, no tocante à possibilidade do pagamento sem o lançamento dos contratos no SICOM, o contador informou que a vinculação das notas de empenho diretamente aos contratos se deram somente a partir do ano de 2017, atendendo às novas instruções do TCE/MG.

Encerrada a fase probatória, foi emitido novo Relatório Final, concluindo pelo encaminhamento do procedimento para análise da Procuradoria Jurídica, com vistas à possibilidade da propositura de ação judicial, bem como de representação perante o Tribunal de Contas de Minas Gerais.

Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



228

Acostou-se ao final os contratos temporários nº. 19/2014, 16/2015 e 17/2016, firmados pela municipalidade com Jayme Silveira de Aragão Gesteira, vinculando-o à Procuradoria Municipal, para fins de conclusão da reforma administrativa (fls. 212/220).

É o relatório.

Fundamentação

Os fatos apresentados nestes autos compreendem o descumprimento do disposto na Lei Complementar nº. 23, de 17 de março de 2015:

154. São deveres do servidor:

I - observar as leis e os regulamentos;

[...]

XI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades ou as ilegalidades de que tiver conhecimento em razão do cargo ou função;

[...]

155 - É proibido ao servidor:

[...]

XII - deixar de observar a lei, em prejuízo alheio ou da administração municipal;


[...]

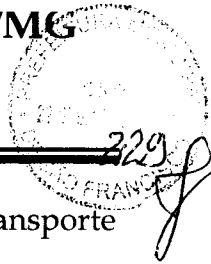
XX - proceder de forma desidiosa.

Os fatos imputados, conforme documentação acostada, demonstram que houve desídia na formalização do procedimento licitatório para regulamentação da contratação dos serviços de transporte escolar e inobservância da legislação vigente, qual seja a Lei 8.666/93, que regulamenta as contratações públicas e assim prescreve acerca da formalização dos contratos e seus aditamentos:

Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.

Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento.


Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



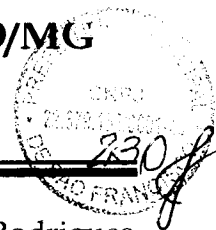
Verifica-se do procedimento que o prestador de serviços de transporte escolar Denilson Gonçalves dos Reis, representante legal da empresa Cheiro de Pimenta Produções Ltda., foi convocado para realizar o transporte escolar na linha 69, que compreende a rota de Mocambo/Tabocal/Espinheiro até a EEDAM, em razão da impossibilidade da prestação dos serviços pela empresa Raulino Neves Neto - ME, posto que se encontrava inabilitada para a formalização do aditamento contratual, bem como em razão da impossibilidade da prestação dos serviços por veículo próprio do município, à época, por falta de condições dos veículos.

A alegação da inabilitação da empresa Raulino Neves Neto pode ser verificada nos autos do Processo nº. 1.822/2017, por meio do qual visava o recebimento dos valores devidos pelo município, observada a manifestação do Assessor Jurídico (fls. 67/69), que opinou pelo pagamento, ainda que havendo irregular situação fiscal, tendo sido autorizada a retenção do valor correspondente ao alvará de funcionamento, no importe de R\$ 190,00 (cento e noventa reais), conforme consta de f. 70.

A documentação acostada aos autos, em especial o contrato nº. 75/2014 firmado por este município com Raulino Neves Neto - ME, demonstra que a linha 69 que foi repassada à empresa representada por Denilson Gonçalves dos Reis, era compreendida nesse contrato juntamente com a linha 59, conforme consta da Cláusula Quinta do instrumento contratual (fls. 48/53).

As informações prestadas em sede de depoimentos das pessoas envolvidas no processo de prestação de serviços de transporte escolar, demonstram que o Sr. Denilson Gonçalves dos Reis chegou a apresentar a documentação para formalização de instrumento contratual, o que não foi feito, razão pela qual, até o presente momento não foi promovido o reconhecimento da dívida pelo município, o que foi feito em relação aos demais, como restou demonstrado no tocante à empresa Raulino Neves Neto - ME, que recebeu o valor devido em relação à linha 59, no período de fevereiro a abril de 2017, conforme se demonstra pela documentação de fls. 55/62.

As declarações prestadas pelos servidores que atuaram à época à frente do transporte escolar, Renan e Romeni, demonstram que a autorização para o início da prestação de serviços de transporte escolar no início de 2017 foi dada pelo próprio Secretário Municipal de Educação, Cleon, bem como pelo funcionário da empresa de assessoria, Guilherme.



As declarações prestadas por Gerson Nunes e João Rodrigues confirmam as informações dos demais declarantes quanto à autorização para o início da prestação de serviços de transporte escolar, bem como especialmente no tocante ao que declarou Gerson Nunes, os contratos que haviam expirado a vigência em 31/12/2016, foram prorrogados já durante o governo do ex-Prefeito Veim, durante o ano de 2017, o que se verifica também da fala de Romeni que informou terem sido “aditados os contratos antigos”.

Observada a manifestação pela prorrogação de prazos contratuais, sem sequer mencionar quais contratos seriam, nem mesmo o processo e modalidade licitatória, formalizada pelo advogado, Jayme Silveira de Aragão Gesteira, OAB/MG 25.356, que não possuía vínculo com a Assessoria Jurídica do Setor de Licitações e Contratos, conforme se demonstra pelos contratos temporários de natureza excepcional, que fundamentam a contratação na necessidade de conclusão da reforma administrativa, bem como pela declaração acostada pela Assessoria Jurídica do setor à época.

Ademais, a manifestação acostada menciona ainda, equivocadamente, que o contrato se encontrava vigente, tendo em vista que “os aditivos anteriores foram tempestivamente assinados”, ao passo que os contratos, na Cláusula Quarta, traziam a vigência, a contar da assinatura, em 04/04/2014 até 31/12/2016, ou seja, não foram necessários aditivos anteriores, visto que os contratos encontravam-se vigentes até dezembro de 2016.

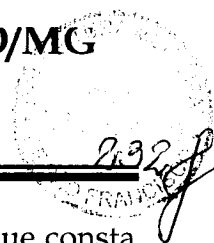
A constatação de que os contratos foram aditados, extemporaneamente, somente no curso do ano de 2017, dá-se pelo fato de que, caso tivessem sido tempestivamente aditados não teria ocorrido tamanhos percalços, que culminaram na instauração de Sindicância para apurar quem tivera dado causa à lentidão na formalização do processo licitatório, para acobertamento da despesa, tendo em vista que, conforme informado, não foi possível a conclusão de processo licitatório durante o ano de 2017, fazendo-se necessária adesão a ata do CIMAMS, quase após o vencimento dos aditivos, conforme afirmou Gerson Nunes, que era Secretário de Finanças à época.

Acerca das práticas aqui descritas, assim decidiu o Tribunal de Contas de Minas Gerais:

REPRESENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ANTES DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO. CONTRATO VERBAL. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. AUSÊNCIA DE SINGULARIDADE DO OBJETO. REEMBOLSO DE DESPESAS COM DESLOCAMENTO DE ADVOGADO CONTRATADO. RESTRIÇÃO ÀS DESPESAS DE CARÁTER EVENTUAL E SUBMETIDAS A LIMITE MÁXIMO. TERMO ADITIVO EXTEMPORÂNEO. IRREGULARIDADE. APLICAÇÃO DE MULTA. 1. Inocorrência da prescrição da pretensão punitiva, rejeita-se a prejudicial de mérito arguida pelo Órgão Ministerial. 2. A pretensão dos serviços antes da realização dos atos do procedimento de justificação da inexigibilidade e da formalização do contrato afronta o art. 60 da Lei n. 8.666/93, em face da realização de despesas sem lastro contratual. 3. A ausência de singularidade dos serviços de assessoria jurídica, por tratar-se de tarefas rotineiras, permanentes e não-excepcionais, torna inadmissível a contratação por inexigibilidade de licitação. 4. A previsão de reembolso, pela contratante, de despesas incorridas por advogados para acompanhamento de ações judiciais fora do local de prestação dos serviços é admitida quando apresentar caráter eventual e contar com limite máximo no instrumento contratual ou em normas internas. 5. A prorrogação do contrato administrativo exige a formalização de termo aditivo antes do término do prazo de vigência do ajuste, tendo em vista que, uma vez expirado o prazo, o contrato original está extinto e não há possibilidade de produzir efeitos retroativos. Segunda Câmara 13ª Sessão Ordinária - 02/05/2019 (TCE-MG - RP: 859176. Relator: Cons. Cláudio Terrão. Data de julgamento: 02/05/2019. Data de publicação: 21/05/2019).

Considerando a extensão territorial do município de São Francisco, pode-se concluir que há dezenas de rotas para atendimento ao transporte escolar, o que implica numa maior complexidade da formalização do processo de compra, em face tanto da pesquisa de mercado, quanto da elaboração do termo de referência, visto a necessidade do atendimento à exigência do Ministério da Educação, para contratações dessa natureza. Por isso, apesar de não haver restado comprovada nos autos a razão pela qual teria se dado o atraso, certo é que esse é um procedimento que demandaria maior diligência e perícia na sua estrutura e formalização, o que não houve.

Restou demonstrado, tanto no processo administrativo 3.417/2017 (fls. 05, 08 e 17), quanto nas informações prestadas nestes autos, que houve a prestação de serviços por Denilson Gonçalves dos Reis, nos períodos de 13/02/2017 a 24/02/2017 e 02/03/2017 a 22/03/2017, em razão da falta de planejamento e organização dos procedimentos de compras públicas pelo município durante o ano de 2017, visto que nem mesmo o processo licitatório para prestação dos serviços de transporte escolar foi concluído, fazendo-se necessária adesão a ata de registro de preços.



As condutas demonstradas ensejam, ainda a observância do que consta da Lei 8.429, de 02 de junho de 1992, que dispõe sobre a prática de improbidade administrativa:

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

[...]

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

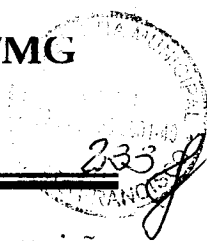
O que se depreende dos autos é que efetivamente assiste razão ao Requerente no tocante ao reconhecimento da dívida, posto que foi demonstrada a prestação de serviços, pelo Secretário de Educação à época, Cleon Alves Venâncio, bem como pelos depoimentos colhidos, em especial, pelo fato de haver sido reconhecida a dívida referente a outros prestadores, em relação ao mesmo período.

Sendo assim, não há óbice no deferimento do reconhecimento da dívida à empresa Cheiro de Pimenta Produções e Eventos Ltda., conforme manifestação de f. 17)

Quanto à formalização dos atos administrativos tocantes à prestação de serviços de transporte escolar, no entanto, pode-se verificar as seguintes irregularidades de maior:

- 1) contratação verbal, sem o prévio procedimento licitatório ou formalização de dispensa de licitação, autorizada pelo Secretário Municipal de Educação Cleon Alves Venâncio;
- 2)
- 3) violação à lei 8.666/93, bem como aos princípios que regem as contratações públicas, ao promover a prorrogações extemporâneas de contratos cuja vigência havia expirado em 31/12/2016, provavelmente entre os meses de março e abril/2017, após não haver sido possível concluir procedimento licitatório para contratação do transporte escolar;
- 4) prática de fraude processual, ao acostar aos autos do Pregão Presencial nº. 08/2014 de dados desconformes com a realidade;

Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



- 5) improbidade administrativa por realização de despesa sem previsão contratual.

Conclusão

Por todo o exposto, verifica-se que os agentes públicos que deram causa às condutas apontadas, qual seja Cleon Alves Venâncio, ordenador da despesa e, o ex-Prefeito, Evanildo Aparecido Carneiro, em vista da responsabilidade objetiva, não pertencem aos quadros de servidores deste município, o que inviabiliza a aplicação de penalidade por este órgão correcional.

Observadas as irregularidades constantes deste procedimento, faz-se necessário a intimação da Procuradoria Jurídica Municipal, com o encaminhamento de cópia integral digitalizada destes autos, via *email*, a fim de que promova a ação pertinente, com vistas à aplicação da reprimenda legal pela prática irregular, bem como para encaminhamento de representação ao Tribunal de Contas de Minas Gerais, com o encaminhamento da comprovação da providência tomada ou justificativa da impossibilidade de fazê-lo, a esta Corregedoria, a fim de instruir os presentes autos.

Faz-se necessário encaminhar orientação ao Departamento de Licitações e Contratos, acerca das cautelas necessárias à formalização de contratos e seus respectivos aditamentos, bem como das penalidades aplicáveis aos agentes públicos, para as hipóteses de descumprimentos dos preceitos legais vigentes.

Intime-se o Controlador Interno, com cópia integral da presente decisão.

Intime-se. Cumpra-se.

São Francisco/MG, 23 de julho de 2021.


Josélita Vieira Mendes
Corregedora Municipal